

# ENSINO DE GEOGRAFIA E REALIDADE SOCIOESPACIAL NAS CIDADES CAPITALISTAS: condições desiguais, acesso à moradia e precariedade do habitar <sup>1</sup>

Recebido: 08/02/2020

Aceito: 08/02/2020

Gilsélia Lemos Moreira<sup>1</sup>

## RESUMO

A questão do Ensino de Geografia apresenta-se hoje revigorada no pensamento contemporâneo. Caracterizando-se por novas e diferentes abordagens, traz em seu bojo a preocupação fundamental no que se refere à análise crítica da realidade socioespacial mais ampla. Neste trabalho, apresentaremos um recorte de como vemos a articulação entre o Ensino de Geografia e a análise da realidade caleidoscópica do viver na cidade por diferentes classes sociais. Ao trilhar esse caminho, chamamos a atenção para o fato de que não evidenciaremos a pertinente questão socioespacial em si, nossa proposta é tratar o tema, tomando como ponto de partida a vida na cidade, destacando a luta pela moradia na produção do urbano na perspectiva da educação geográfica. Trata-se de um processo complexo e diverso, no qual está presente o entendimento do processo de produção e reprodução do espaço urbano, determinado pelo modo de produção capitalista. Parece-nos que somente se superamos a leitura ingênua desse processo e desenvolvermos uma análise crítica do modelo de sociedade ao qual optamos é possível compreender essa e muitas outras questões que envolvem o viver nas cidades capitalistas. Se o ensino de Geografia abre perspectiva para pensar o mundo contemporâneo e suas contradições, então, a crítica ao modelo de sociedade em que vivemos é, em essência uma possibilidade que abre caminho para uma transformação da realidade em questão. Desse modo a sala de aula pode ser o lócus para este exercício. O intuito é despertar nos alunos as bases necessárias para se construir ética e criticidade.

**Palavras-chave:** Geografia. Ensino. Cidade. Moradia.

*TEACHING GEOGRAPHY AND SOCIO-SPATIAL REALITY IN CAPITALIST CITIES: unequal conditions, access to housing and housing precarity.*

## ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Artigo revisado, originalmente publicado nos anais do XIII ENANPEGE em setembro de 2019. Disponível em

<[http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562590049\\_ARQUIVO\\_REV1Enanpege2019.pdf](http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562590049_ARQUIVO_REV1Enanpege2019.pdf)>

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Atua na área de Ensino de Geografia e Geografia Urbana. E-mail: glmoreira@uesc.br.

*The issue of Geography Teaching is today reinvigorated in contemporary thinking. Characterized by new and different approaches, it brings in its core the fundamental concern regarding the critical analysis of the broader socio-spatial reality. In this work, we will present a clipping of how we see the articulation between the Teaching of Geography and the analysis of the kaleidoscopic reality of living in the city by different social classes. As we walk along this path, we draw attention to the fact that we will not show the pertinent socio-spatial issue itself, our proposal is to address the theme, taking as a starting point life in the city, highlighting the struggle for housing in urban production from the perspective of geographic education. It is a complex and diverse process in which the understanding of the process of production and reproduction of urban space determined by the capitalist mode of production is present. It seems to us that only by overcoming the naive reading of this process and developing a critical analysis of the model of society to which we choose is it possible to understand this and many other questions that involve living in capitalist cities. If the teaching of geography opens the way for thinking about the contemporary world and its contradictions, then the critique of the model of society in which we live is essentially a possibility that opens the way to a transformation of the reality in question. In this way the classroom can be the locus for this exercise. Within this theme we will privilege a qualitative research. The whose purpose is to awaken in students the necessary bases for constructing ethics and criticality.*

**Keywords:** Geography. Education. City. Housing.

## INTRODUÇÃO

A questão do ensino de Geografia apresenta-se hoje revigorada no pensamento contemporâneo. Caracterizando-se por novas e diferentes abordagens, traz em seu bojo a preocupação fundamental com a análise crítica da realidade socioespacial mais ampla. Neste trabalho, apresentaremos um recorte de como vemos a articulação entre o ensino de Geografia e a análise da realidade caleidoscópica do viver na cidade por diferentes classes sociais. Ao trilhar esse caminho, chamamos a atenção para a nossa proposta: abordar o tema tomando como ponto de partida a vida na cidade, destacando a luta pela moradia na produção do urbano na perspectiva da educação geográfica.

Trata-se de um processo complexo e diverso, no qual está presente o entendimento do processo de produção e reprodução do espaço urbano, determinado pelo modo de produção capitalista. Isso significa que a produção do espaço se dá de forma coletiva, mas a sua apropriação, amiúde, dá-se de modo privado. Essa reflexão é norteadada por uma premissa fundamental, ou

seja, pelo reconhecimento de que o processo em tela é parte de um artifício mais amplo, pois se dá de modo conflituoso e contraditório, abrigando, por isso, no seu interior, inúmeras contradições, mas nem sempre tais questões são discutidas em sala de aula.

O objetivo desse trabalho é debater as condições desiguais de acesso à moradia e examinar de maneira epidérmica a luta pelo direito à vida urbana na cidade capitalista e investigar de que maneira se dá a inserção dessa discussão no Ensino de Geografia. Para tanto, faz-se necessário adentrar caminhos e práticas pedagógicas adotadas no Ensino de Geografia, além de mergulhar na realidade socioespacial das cidades capitalistas: para definir, alhures, as condições desiguais do acesso à moradia para compreender a precariedade do habitar.

A questão deflagradora desse movimento é: “De que forma o ensino de Geografia pode contribuir para o entendimento da realidade socioespacial das cidades capitalistas?” Essa é a questão norteadora e exige imaginação, a sala de aula pode ser o lócus para esse exercício. No interior desse tema privilegiaremos a pesquisa qualitativa. Buscamos nas contribuições de Castellar (2015), Cavalcanti (2010ab), Straforini (2001), Carlos (2007), Harvey (2008), Rodrigues (2007), Corrêa (1993), Gottdiener (1985) e Lacoste (2003) respaldo teórico para a nossa análise, cujo intuito é contribuir para fortalecer as bases necessárias para se construir um ensino pautado na ética e criticidade.

Aduzimos que o ensino de Geografia, grosso modo, é o esforço empregado para imprimir sentido às apetências da própria Geografia. Figuradamente, o ensino de Geografia dá voz à ciência geográfica no sentido de fazer o conhecimento do espaço que é produzido socialmente, mas apropriado privadamente, tornar-se o ponto estratégico para que o sujeito, nesse caso o aluno, entenda seu papel nesse processo.

### **Ensino de Geografia e educação geográfica: caminhos possíveis na busca pela cidadania**

Para Callai e Moraes (2017, p. 82), “A educação geográfica pode ser o caminho para educar para a cidadania por meio da geografia escolar”. Na atualidade, a educação geográfica apresenta-se como um ponto central para

refletir acerca das transformações observadas na cidade.

Educação geográfica e educação para a formação cidadã por meio do estudo da cidade se constitui no desafio de construir a argumentação de para que ensinar geografia num mundo em que tudo é rápido e que o interesse maior tem sido, na escola, fazer um ensino pragmático de modo a responder as exigências postas por um mundo que tem a sua sustentação maior no mercado (CALLAI; MORAES, 2017, p. 83).

O horizonte posto está então, na superação do pragmatismo no ensino. Para tanto, articular saber e prática é vital, pois garante a autossustentação da própria educação geográfica.

Assim, a educação geográfica pode se estabelecer como um dos caminhos para estudar geografia de modo que oportunize aos estudantes construir as bases de conteúdos para interpretação do mundo. (CALLAI; MORAES, 2017, p. 84).

É nesse ponto que o ensino de Geografia tem um papel determinante, pois se constitui um caminho possível para pensar/interpretar o mundo.

Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades. (CALLAI, 2005, p. 228-229).

Para a construção de um raciocínio reflexivo sob essa ótica, são enfocadas algumas ferramentas que compreendem desde a autonomia do professor ao senso crítico, passando pela criatividade em sala de aula. Essa tríade é rota inevitável para o êxito da sua prática pedagógica. De acordo com Monteiro et al. (2010, p. 119), o conceito de sujeito autônomo, portanto, envolve a ideia de responsabilidade social, pois requer compromisso daqueles que participam do processo decisório com questões que vão além de seus próprios interesses. Por isso, longe de ser um empreendimento individual, a atitude autônoma necessita estar vinculada a uma sensibilidade capaz de entender o outro e com disposição para a busca do consenso social.

É preciso estar aberto às críticas, livre das amarras de projetos políticos pedagógicos engessados e romper com a interpretação escolástica da realidade. Essa é uma postura extremamente difícil – e importante. A saída pode ser a “criatividade ativa”, pois penso concordando com Callai (2005) ao citar Marques (1993) e Rego (2000) que,

Para romper com a prática tradicional da sala de aula, não

adianta apenas a vontade do professor. É preciso que haja concepções teórico-metodológicas capazes de permitir o reconhecimento do saber do outro, a capacidade de ler o mundo da vida e reconhecer a sua dinamicidade, superando o que está posto como verdade absoluta. É preciso trabalhar com a possibilidade de encontrar formas de compreender o mundo, produzindo um conhecimento que é legítimo. (Rego, 2000, p. 8) (CALLAI, 2005, p. 231).

Reafirmamos que romper com a prática tradicional da sala de aula é um primeiro passo, todavia, seu ritmo ainda é lento. Em mais de vinte anos atuando no magistério superior no curso de licenciatura em Geografia na área de ensino de Geografia, notamos que o processo de renovação do ensino é complexo e desigual.

Tal afirmação não se trata em hipótese alguma de discussão de gabinete, sem vínculo com a realidade. Ao contrário, tal assertiva resulta da experiência como professora da disciplina Estágio Curricular. Ao passar por várias escolas, constatamos que na maioria o ensino continua fundamentado em aula expositiva e provas, e no caso da Geografia o ensino em muitos casos está reduzido à mera localização dos fenômenos.

Há vinte anos Pedro Demo (1999, p. 43) disse: nossas instituições educacionais continuam tecnicamente instrucionistas, nas quais o aluno é levado a absorver conhecimento como uma esponja, tendo à sua frente um professor que oferece conhecimentos acabados, tão acabados que precisam ser copiados e reproduzidos nas provas.

Apesar de passados vinte anos da citação acima, esse quadro ainda persiste nas escolas, tanto da rede privada quanto da rede pública. De acordo com Cavalcanti (2010b, p. 1), isso ocorre “em razão das inúmeras dificuldades que enfrentam no trabalho, alguns professores se sentem inseguros e se fecham em uma atitude conservadora: optam por manter os rituais rotineiros e repetitivos da sala de aula, desistindo de experimentar caminhos novos”.

Straforini (2001, p. 6) ainda acrescenta que “no ensino de Geografia esse fato é marcante, pois a sua prática pedagógica está estruturada de forma a apresentar o mundo fragmentado e hierarquizado, [...] como espaços/coisas estanques e sem relações entre si”.

Ante o exposto, se faz necessário um grito de alerta, apresentar os conteúdos geográficos de forma estanque sem valor educativo pode gerar

deformações irreversíveis. Um dos efeitos colaterais é uma aprendizagem desfigurada, impossível de dar conta da realidade. Será que esse é um diagnóstico que nos leva à conclusão de que a culpa é do professor? O caminho é outro. Alguns professores se deixam abater pelas dificuldades, enquanto,

Outros pautam seu trabalho pelo desejo permanente de promover a aprendizagem significativa dos conteúdos que ensinam, envolvendo seus alunos e articulando intencionalmente seus projetos profissionais a projetos sociais mais amplos. Estes últimos não buscam simplesmente recursos técnicos, receitas para um bom ensino [...] (CAVALCANTI, 2010b, p. 1).

“É preciso dar conta da velocidade e complexidade das mudanças que se impõem ao espaço geográfico e todo planeta nesse fim de século [...]” (OLIVA, 1999, p. 45). Com base nessa premissa, evidencia-se como fundamental que os professores vejam e pensem a realidade e os processos nela envolvidos como exercício para a liberdade de pensar um projeto coletivo de ensino, e tal ação exige libertar-se de alguns ranços autoritários. A educação geográfica pode ser a grande oportunidade para fazermos as escolhas corretas e, assim, termos um ensino de Geografia pautado na ética e na criticidade, isso é o que se quer e se almeja.

### **Das condições desiguais, acesso à moradia e a precariedade do habitar**

Nos dias atuais, o estudo das “condições desiguais, o acesso à moradia e a precariedade do habitar” tem sido objeto dos mais variados campos do saber das ciências humanas e sociais. Vários teóricos têm se debruçado sobre esse tema: Arantes (2000), Azevedo (1977), Rodrigues (2007), Botelho (2007), Boulos (2012), Rolnik (2015), Carlos (2007) entre outros.

A ideia central deste texto reside em abordar de forma sistêmica e integrada a questão do direito à moradia - um direito humano do indivíduo, garantido desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assegurado na Constituição Federal de 1988, art. 6º caput. O direito à moradia também é tema de legislações posteriores, com destaque para o Estatuto da Cidade de 2001.

Destarte, vale lembrar que esta mesma Constituição Federal de 1988

assegura o direito à propriedade privada. Mas é importante atentar para o complemento a seguir: “desde que esta cumpra uma função social”. Isso quer dizer que os imóveis que se encontram permanentemente desocupados não cumprem nenhuma função social, logo são ilegais (BOULOS, 2012). Sim, a moradia é um direito assegurado pela lei.

Mas, se é assim, por que milhares de pessoas não têm moradia em nosso país? De acordo com Rodrigues (2007), a resposta para tal inquietação é a “desigualdade socioespacial”, esta mesma autora ainda afirma que a desigualdade socioespacial potencializa não só a problemática habitacional, mas também define as condições desiguais de acesso à moradia.

“A tese que se quer demonstrar é que, através da segregação socioespacial, a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses” (NEGRI, 2008, p. 130). Sendo assim, restam aos trabalhadores “as mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos” (RODRIGUES, 2007, p. 78). Pois só através da luta podem “alterar a desigualdade espacial, tornando-a possibilidade de mudança com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida” (RODRIGUES, 2007, p. 78). Ademais,

A desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, é condição de permanência nas mesmas condições precárias. O processo de expansão capitalista produzindo “cidade”, incorporando o espaço produzido pelos trabalhadores faz prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso. É contra esse processo que trabalhadores consideram fundamental se organizar na luta pelo Direito à Cidade (RODRIGUES, 2007, p. 78).

Considerando a realidade social que nasce a nossa volta, as condições desiguais de acesso à moradia podem ser o ponto de partida de uma análise mais profunda para se entender a complexidade da desigualdade socioespacial. A ideia ao construir essa narrativa é pensar a lógica da produção capitalista do espaço urbano e do acesso à moradia nesse mesmo espaço pela população de baixa renda. Propõe-se refletir sobre as formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, entender geograficamente a realidade objetiva, desconstruir o discurso de cidade-ideal para compreender a cidade-real.

Nesse sentido, é relevante a contribuição que a educação geográfica pode imputar ao entendimento desse movimento, disso temos plena convicção.

Se a realidade desigual é o grande “mote” que move as pesquisas da Geografia, especialmente da Geografia urbana, numa perspectiva crítica na atualidade, devemos nos apropriar desse conhecimento para transpor o mero discurso didático sobre desigualdade socioespacial e aprofundar essa discussão por meio do exercício da crítica.

Ao longo do século XX, principalmente, várias cidades expandiram sua malha urbana, verticalizaram parte de suas edificações, ampliaram o número de loteamentos, condomínios fechados de médio e alto padrão, além de conjuntos habitacionais populares, a exemplo da “Minha casa minha vida”.

Mas, apesar disso, a falta crônica de moradia e as habitações precárias permanecem. Levar para dentro da sala de aula as questões candentes, presentes neste texto e na própria cidade é um caminho, pois, qualquer visão um pouco mais dialética vai aceitar que a resposta para tal impasse é a contraface do modo de produção vigente.

A vida nas cidades capitalistas significa em última análise, viver as contradições que nascem do próprio modelo que sustenta a sociedade. Implica no aniquilamento de direitos. A superação dessa realidade não se dará sem luta e resistência. Antes, porém se faz necessário a construção de uma consciência urbana, ou seja, a construção pedagógica da realidade do viver na cidade pelas diferentes classes sociais.

Milhões de famílias não têm onde morar e outros tantos milhões vivem em casas muito precárias. Raquel Rolnik, (2015) relatora especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia, esclarece: que o Direito à moradia, está diretamente ligado a um modelo de organização de sociedade e de território que nega para a maior parte das pessoas do mundo com poucos recursos econômicos e financeiros, o direito de conseguir se inserir dentro desse território de uma forma adequada.

Diante dos nossos olhos, temos o espectro do espaço urbano, da cidade e da própria sociedade urbana. Afinal, o espaço urbano é também o lócus da reprodução das relações sociais que envolvem várias dimensões da vida humana. Na busca pelo entendimento dessa realidade na cidade capitalista, Harvey (2012, p. 74) dá um passo à frente e diz: A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O



direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade.

Neste movimento de decodificação da cidade, os alunos experimentam não só a comunicação com seu próprio espaço de vivência, mas o processo criativo na produção do conhecimento sobre a sua realidade. Um dos lugares mais privilegiados para se discutir o direito à cidade é a sala de aula e por extensão a escola, os lócus mais substanciais do que seria, afinal de contas, a educação geográfica. De acordo com Cavalcanti (2010b, p. 4), “a essa altura, pode-se questionar se os professores têm acompanhado as contribuições da Geografia acadêmica, pautando seu trabalho na construção de referências conceituais mediadoras do pensamento geográfico atual”, ou não.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Intentamos aqui uma reflexão frente às nossas inquietações sobre o Ensino de Geografia e “o modo como se ensina geografia”. Arrazoamos as possibilidades de superação do ensino pautado na ingestão de ideias. Trilhar esse caminho nos levou à Educação Geográfica. Como prática pedagógica a Educação Geográfica, pode possibilitar um olhar mais atento sobre a realidade declaradamente desigual da sociedade contemporânea.

O entendimento da própria realidade deve ser o caminho perseguido pelo professor, o que implica apresentar para o aluno a cidade, seu lugar, significa ajuda-lo a decifrar o movimento do espaço urbano, enquanto lócus da reprodução das relações sociais que envolvem várias dimensões da vida humana. Ainda sugere apreendê-lo, considerando as relações que se estabelecem nele e com ele.

Com base nessa premissa, reafirmamos que é fundamental que professores e alunos se envolvam num projeto coletivo de ensino, pautado no exercício da autonomia e da crítica. Mas, se faz necessário romper alguns ranços autoritários. Asseveramos que é preciso estar aberto às críticas e as novas práticas pedagógicas. É fundamental livrar-se das amarras de projetos políticos pedagógicos engessados e irromper com a interpretação escolástica da realidade. Essa é uma postura extremamente difícil de ser adotada – mas é capital para avançar em direção ao ensino crítico e reflexivo. O que sugere a

superação do aluno expectador e do professor instrucionista. Este é talvez o nosso maior desafio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: MARICATO, E.; VAINER, C. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis : Vozes, 2000.

AZEVEDO, Álvaro Villaça et al. **Solo criado/carta de Embu**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, 1977.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto**. São Paulo: Scortecci, 2012.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, 2005.

CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. Educação geográfica, cidadania e cidade. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial 2017, p. 82-100, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007. 123p.

CASTELLAR, S. M. V. O ensino de geografia e a formação docente. In: CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Formação continuada de professores**. São Paulo: Pioneira/Thomson, 2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de Geografia com novas abordagens. **Nova Escola** [Entrevista a Beatriz Vichessi], Goiânia, 2010a.

\_\_\_\_\_. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. SEMINÁRIO NACIONAL : CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 1,2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2010b.

CORREA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática. 1993.

DEMO, Pedro. **Educação e desenvolvimento: mito e realidade possível e fantasiosa**. Campinas: Papyrus, 1999.

GOTTDIENER, Mark. **Produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1985.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Ed. Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez 2012.

LACOSTE, Yves. Para que serve a paisagem? O que é uma bela paisagem? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, , n. 79, p. 115-150, jul. 2003.

MARQUES, M. O. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: UNIJUÍ, 1993.

MONTEIRO, Marco Aurélio Alvarenga et al. Visões de autonomia do professor e sua influência na prática pedagógica. **Rev. Ensaio**, Belo Horizonte, v. 12, n. 03, p. 117-130, set-dez, 2010.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis, v.2, n. 8, p. 129-153, 2008.

OLIVA, Jaime Tadeu. Ensino de Geografia um retrato desnecessário. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **A geografia da sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moyses. Desigualdades Socioespaciais – a luta pelo direito a cidade. **Revista Cidades**, v. 4 n. 6, p. 73-88, 2007.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia nas séries iniciais: o desafio da totalidade mundo**. 2001. 155f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas,. Campinas, 2001.